

Trabalho feminino x nível de escolaridade: uma análise sobre a influência da educação para a inserção da mulher no mundo do trabalho

Female labor x educational level: An analysis of the influence of education for the inclusion of women in the working world

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p131-146

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar o processo de inserção das mulheres no mundo trabalho, considerando os obstáculos e conquistas devido ao nível de escolaridade. A metodologia deste trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico qualitativo, sendo que a revisão literária baseou-se na leitura de artigos acadêmicos e livros que discorrem sobre a atuação da mulher na sociedade, as disparidades entre os sexos e discussões sobre gênero, trabalho e nível de escolaridade. Este trabalho é de grande relevância, pois aborda temas pertinentes que envolvem o universo feminino, possibilitando uma discussão sobre a importância da educação para a emancipação política e social da mulher, podendo contribuir para a redução das desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Trabalho. Escolaridade.

Abstract

This study aims to analyze the process of integration of women in the work market, considering the obstacles and achievements due to the schooling level. The methodology of this study consists of a literature review of qualitative theoretical character, and the literature review was based on the reading of scholarly articles and books that discuss women's role in society, gender disparities and gender discussions, work and education level. This work is of great importance as it addresses relevant issues involving the female universe, enabling a discussion of the importance of education for social and political emancipation of women, which may contribute to reducing gender inequalities in the workplace.

Keywords: Woman. Genre. Work. Education.

CARLA SIMONE BARBOSA DE JESUS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
carlabarbosa23@hotmail.com

ROBSON DE JESUS SILVA BARBOSA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
quilmesnegao@hotmail.com

Trajетórias femininas e a construção social do ser mulher

Ao considerar a realidade das mulheres nos dias atuais, é necessário entender que todas as conquistas obtidas resultaram de conflitos que perduraram durante séculos. Vale ressaltar que essas lutas marcaram o início da busca pela igualdade de oportunidade entre os sexos, visando a quebra de um paradigma histórico que sustentava uma suposta superioridade do sexo masculino em relação ao sexo feminino.

As trajetórias femininas, ao longo da história, foram marcadas pela intensa desigualdade entre os sexos. Sendo que a diferença sexual serviu como justificativa para impor a soberania masculina, constituindo uma relação assimétrica de poder fortalecida na construção social do homem e da mulher.

Prevalendo no Brasil e no mundo, as relações assimétricas entre os sexos permitiram um longo processo de submissão feminina, sendo defendida pela Igreja e pelo Estado e executada também pela família. Dessa forma, meninas e meninos foram educados de forma diferenciada para se tornarem rainhas e provedores do lar, respectivamente.

Haesbaert (2005:6776) resalta que “[...] as razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Assim, a situação da mulher sofre variações de acordo com a sociedade em que vive, o modelo de família e os valores religiosos vigentes”.

A igreja Católica também se destacou ao estabelecer o domínio masculino sobre a mulher, fortalecendo a discriminação sobre a mulher.

“Os mecanismos de controle exercidos pela Igreja eram grandes, favorecendo a permanência da mulher na condição de submissão, castração e violência quanto ao seu direito de pensar e agir na sociedade da qual faz parte” TOJAL (2003: 7).

Nesse contexto, deve-se considerar que tanto o catolicismo quanto o Islamismo e inúmeras outras religiões ajudaram a perpetuar a submissão da mulher

ao homem através da família. Cabe ressaltar que “o termo FAMÍLIA origina-se do latim FAMULUS que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se esposa e filhos” PRADO (1991: p. 51).

Para dar mais ênfase à importância do homem na família e o seu poder sobre seus dependentes, a Igreja Católica e o Estado encontraram um meio de estabelecer a base da sua dominação, o patriarcalismo, que por sua vez,

[...] é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade imposta, institucionalmente, ao homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. CASTELLS (1999:169).

Nota-se que a família patriarcal funciona como a base da dominação de diversas outras instituições, sendo que, no patriarcalismo, o homem é quem responde pelos demais membros da família.

O chefe da família torna-se o responsável pelo sustento dos filhos, da esposa e de todos que vivem dentro da sua casa.

Ao elevar o poder masculino através do patriarcalismo, o Estado obteve maior domínio sobre os indivíduos que por sua vez compõem a sociedade, “impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico, sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica” PRADO (1991: 23).

De maneira geral, deve-se entender que, apesar de a família patriarcal ter conseguido se sobressair, outros modelos de família também existiram, como as famílias matriarcais, chefiadas por mulheres.

A diferença é que o patriarcalismo conseguiu alcançar maiores espaços entre as classes mais abastadas, enquanto que o matriarcado predominou nas classes menos favorecidas economicamente.

Através desses fatos, pode-se enfatizar que em relação às mulheres negras, a responsabilidade pela chefia do lar pode ser considerada como produto do período escravagista e pós-abolicionista, em que aquelas mulheres eram as principais responsáveis pelos filhos. Nota-se a formação da família monoparental, enfim, o núcleo familiar com um único chefe, neste caso, a mulher afrodescendente.

Torna-se possível entender sobre os lares monoparentais, ao tomar como exemplo a família dos escravos, sendo que os senhores mandavam e desmandavam na organização da mesma e, ao vender o pai, a mãe ou os filhos, contribuíam para que a família de negros se tornasse monoparental, sendo, em sua maioria, chefiada pelas mulheres. Cabe ressaltar que:

Nas camadas populares, as razões que atribuíam às mulheres pobres a responsabilidade, quase que exclusiva, para com a prole têm as suas origens nas instituições e dinâmicas escravistas. O preceito forense segundo o qual “o parto segue o ventre” fazia do filho da escrava um bem do senhor, não importando a paternidade do mesmo. FERREIRA FILHO (2003: 20-21).

Para sustentar seu lar, a mulher negra chefe de família ingressava no mundo do trabalho executando atividades desvalorizadas e com baixa remuneração, como doméstica, vendedora ambulante, lavadeira, ou seja, trabalhos marcados pela informalidade. Além disso, essas mulheres eram vistas por toda a sociedade como ousadas, sem honra e sem moral, por trabalharem em ambientes públicos, em contato com homens.

Percebe-se que, dentro da mesma estrutura social, dois modelos de família se sobressaíram, o patriarcal e o matriarcal, uma nítida separação entre negros e brancos, pobres e ricos. Nesse cenário, as mulheres negras e carentes demonstraram toda sua força ao ter que lutar contra diversos tipos de discriminação.

O modelo de família patriarcal, seguido na íntegra por pessoas de classes sociais mais favorecidas economicamente, causou impactos profundos em

toda a sociedade. Em meio a esse cenário, meninas e meninos passaram por um processo de construção social que determinava os modelos e papéis que deviam seguir e desempenhar quando adultos, sendo que esse processo de formação social serviu para fortalecer a divisão sexual do trabalho, atribuindo funções específicas para ambos os sexos, além de interferir na construção da identidade dos mesmos.

Com o intuito de mostrar que são capazes, as mulheres vêm ao longo dos anos fazendo parte de um movimento de resistência a diversos paradigmas que foram criados para inferiorizá-las. Trata-se da busca por valorização, respeito, visibilidade social e igualdade de direitos com os homens, mostrando na prática que “sexo frágil” consiste em um discurso para “mantê-las” longe dos acontecimentos mundiais e principalmente do mundo do trabalho.

O aumento do nível de instrução feminina favoreceu o processo de inserção da mulher no mundo do trabalho, além da contestação por seus direitos perante a sociedade, sendo que o movimento feminista teve grande relevância para a quebra do silêncio das mulheres.

Instruídas, diversas mulheres passaram a cuidar mais do seu desenvolvimento pessoal, adiando o casamento, reduzindo o número de filhos, lutando por melhores salários e melhores condições de vida. Assim, elas passaram a ocupar espaços e papéis destinados aos homens. Mais adiante, notaremos que, a partir do momento em que conseguem participar dos espaços públicos, as mulheres são consideradas a frente do seu tempo.

Espaços públicos x espaços privados: mulheres a frente do seu tempo

Como foi visto, o Estado e a Igreja exerceram grande influência na criação de argumentos para inferiorizar e condenar as mulheres serem “prisioneiras no mundo doméstico”, contribuindo tanto para diferenciar as tarefas e papéis que deveriam ser desempenhados por homens e mulheres quanto os espaços que os mesmos iriam frequentar.

O espaço privado era onde o sexo feminino brilharia como dona de casa ou rainha do lar, enquanto que, no espaço público, o sexo masculino decidia o futuro do país, os homens estudavam, trabalhavam e conseguiam alcançar seus objetivos. Enquanto o trabalho masculino era valorizado, pois simbolizava os esforços do chefe da família para prover o seu lar, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres sofria com a desvalorização e a invisibilidade, já que não era tido como atividade produtiva. No entanto,

[...] o desempenho das tarefas domésticas está longe de se constituir um trabalho improdutivo. Diversamente do que se pensa, trata-se de uma atividade produtiva não remunerada. A garantia de sua realização, juntamente com o trabalho feminino e infantil nas fábricas com baixíssima remuneração, por serem considerados complementares aos salários recebidos pelos homens adultos, propiciou a acumulação e a reprodução ampliada do capital, num momento em que a industrialização ainda não representava os avanços técnicos que se verificarão mais tarde. GONÇALVES (2006: 43).

A desvalorização do trabalho doméstico realizado pelas mulheres atua no sentido de escamotear a importância delas na sociedade. De acordo com o sistema patriarcal, elas deveriam ficar à sombra dos homens e, quando fosse preciso, seriam recrutadas para o trabalho fora do lar, como ocorreu durante as guerras e no processo de industrialização.

Com o passar do tempo, o silêncio das mulheres, desencadeado pelo processo de estabelecimento de relações de poder, foi sendo rompido ao passo que estas começaram a ter conhecimento sobre sua realidade cultural. Isso tornou-se possível quando a sociedade passou por transformações econômicas e sociais.

Desse modo, a partir do momento em que os homens desejaram alcançar mais poderes econômicos entenderam que poderiam utilizar os cuidados femininos ainda mais a seu favor. Assim, deu-se conhecimento às mulheres para que estas pudessem educar as crianças para a vida pública.

O conhecimento ajudou as mulheres a entrarem no mundo do trabalho mais rapidamente, com melhores condições de trabalho. Mas, é necessário ressaltar que elas já trabalhavam antes, mesmo com as enormes diferenças na criação de meninos e meninas e do conceito de sexo frágil inculcado na mente de muitos homens e das próprias mulheres. Elas sempre desenvolveram atividades laborais dentro e fora do lar, só que sendo mal remuneradas e não recebendo a devida valorização da sociedade. Nesse sentido:

Historicamente a mulher nunca esteve dissociada do trabalho como atividade econômica, especialmente naquelas vinculadas à sobrevivência familiar, seja no espaço rural, ocupando-se da terra, trabalhando na plantação e colheita de víveres, seja nos centros urbanos, comerciais e industriais. A polêmica que se instala desde os primórdios é a valorização do trabalho feminino e masculino, avaliados com base em suas capacidades físicas. ALMEIDA (2010: 24).

Mesmo com a invisibilidade e falta de valorização do seu trabalho, as mulheres exerceram papel fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Saffioti (1976) ressalta que elas trabalhavam desempenhando importante papel econômico no contexto familiar antes mesmo da consolidação do sistema capitalista de produção, sendo que a população feminina já lidava com a dupla jornada de trabalho que persiste até os dias atuais.

Com o desenvolvimento da urbanização no Brasil, principalmente a partir do século XIX, as explorações do trabalho compulsório dos negros ganham outros vieses, agora realizando tarefas tipicamente cidadinas. Um exemplo disto são as mulheres negras de Salvador que desempenhavam inúmeras funções, dentre elas, a obrigação de cuidar dos afazeres domésticos dos seus senhores e a venda de produtos alimentícios no comércio informal, porém, a renda obtida era repassada por inteiro para seus senhores. Devemos considerar que:

[...] a escrava, além do papel de submissão sexual a que estava sujeita, também tinha suas

funções produtivas a desempenhar. Como escrava, seu valor estava na razão direta de sua capacidade produtiva. Teve papel importante no eito das grandes plantagens de cana e café, mas sua demanda estava ligada mais intensamente com as atividades domésticas. PINTO (2009: 170).

Nota-se que a escravidão das mulheres negras conseguia alcançar um nível inimaginável de exploração, sendo que tão grande era sua subordinação que só lhe restava a alma como sua. Exploradas sexualmente, laboralmente, enfim, estas mulheres estavam submissas aos homens brancos e negros e às mulheres brancas.

Com a assinatura da Lei Áurea no ano de 1888, que proibia o trabalho escravo em terras brasileiras, as mulheres negras começaram a ganhar seus primeiros ordenados devido à obrigatoriedade de ajudar ou manter os custos e sustentos de suas famílias.

Apesar de desenvolver inúmeras atividades, essas mulheres eram direcionadas para os trabalhos domésticos em consequência de suas experiências passadas, além de ser uma área que apresentava muitas vagas de trabalho. Porém, seus honorários eram insuficientes, ocasionando sobrecargas de atividades por terem muitas casas para dar conta.

Durante as últimas décadas do século XIX e por todo o século XX, aconteceram inúmeras transformações no Brasil havendo a abolição dos escravos, a implantação do sistema capitalista de produção, a urbanização e o fortalecimento da burguesia. Essas mudanças foram-se refletindo paulatinamente no universo feminino, na medida em que se começou a ampliar a instrução das mulheres com o intuito de que estas pudessem se tornar donas de casa, além de educar melhor os filhos para o novo contexto social. Assim:

A partir da década de 1930, o crescimento urbano e o processo de industrialização exigiram uma maior qualificação da mão-de-obra. Além disso, a educação formal passou a ser vista pelos governos populistas como um instrumento disciplinador da população. Através da escola e das Universidades o Estado

formaria cidadãos capacitados para o trabalho e para a obediência civil. Paulatinamente as mulheres também passaram a ter acesso ao ensino, pois era preciso educar as futuras mães de acordo com os preceitos morais e cívicos do Estado. Além do acesso à educação, a presença da população feminina cresceu significativamente no mercado de trabalho, especialmente em ocupações consideradas femininas: professoras, operárias, trabalhadoras do comércio, empregadas domésticas, entre outras. MÉNDEZ (2008: 91-92).

Mesmo com a ampliação de escolas particulares e o surgimento da escola pública com representação do Estado laico, destituindo o poder de ensinar como exclusividade da Igreja, a educação das mulheres seguia uma série de normas em prol da integração da família. As aulas eram diferentes das que eram oferecidas aos meninos, sendo voltadas para o cuidado com o lar, com os filhos e com os maridos. Vale lembrar que nem todos tinham acesso à educação, principalmente as mulheres de origem negra e carentes, mas pouco a pouco esse quadro foi mudando.

Nesse contexto de transformações socioeconômicas, as mulheres mais abastadas encontraram a oportunidade de se profissionalizar e se engajar na vida pública como professoras.

As escolas normais foram criadas com o intuito de formar homens e mulheres para o exercício do magistério, visto que a ampliação da rede de ensino carecia de mais profissionais para educar os novos trabalhadores do país.

Para as mulheres, o trabalho como docente era tido como provisório ou para complementar à renda familiar, sendo que suas famílias almejavam que parassem de trabalhar após o casamento.

De maneira geral, essa profissão serviria para acrescentar na formação da futura mãe e rainha do lar, levando sempre a questão das características de delicadeza feminina. Dessa forma,

[...] o trabalho público feminino para as elites ou famílias remediadas era excepcional. Nas profissões liberais registradas no censo de 1920, as mulheres só se apresentaram em maior número do que os homens no exercício do magistério, por razões óbvias. A instrução primária era delegada à mulher pela constante identificação desta tarefa com o sentimento materno e outros “pendores da alma feminina”. FERREIRA FILHO (2003: 72).

A crescente participação e formação de mulheres como professoras resultou na feminização do magistério, contribuindo para a redução salarial da categoria. Até hoje o magistério, assim como demais atividades com elevada participação das mulheres, tende a sofrer uma desvalorização social e econômica. Diante da oportunidade de sair do ambiente doméstico para estudar e trabalhar as mulheres provaram suas capacidades intelectuais e passaram a constituir uma história de resistência. Com o aumento do nível de instrução, passaram a concorrer com os homens no mundo do trabalho e em diversas esferas sociais, na tentativa de romper com retrógrado pensamento da inferioridade feminina.

Como consequência, tanto no passado quanto nos momentos atuais, mulheres de classes mais abastadas e brancas conseguem alcançar melhores cargos e salários devido às oportunidades de estudo, enquanto que as demais, negras, pobres e mal instruídas, tendem a ocupar cargos subalternos e com poucos direitos trabalhistas. Um exemplo relevante é o de mulheres que trabalham como empregadas domésticas. Assim,

[...] o emprego doméstico também se destaca como uma profissão na qual as desigualdades de gênero e raça/etnia se materializam com bastante nitidez, pois quase 60% dessas trabalhadoras são afrodescendentes, realizando atividades em longas jornadas semanais (superiores a 48 horas) e com baixa remuneração – muitas vezes inferiores ao salário mínimo – e, não raro, sem registro profissional, portanto, sem direito à aposentadoria, além de sofrerem, mais amiúde, outras violações como o assédio moral, o

abuso sexual e até a violência doméstica. (II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, 2009: 10-11).

Percebe-se que, além das disparidades entre os homens, as mulheres afrodescendentes sempre conviveram em condições desiguais em relação às mulheres brancas. Trata-se de uma realidade bastante desigual, que recentemente foi confirmada pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010.

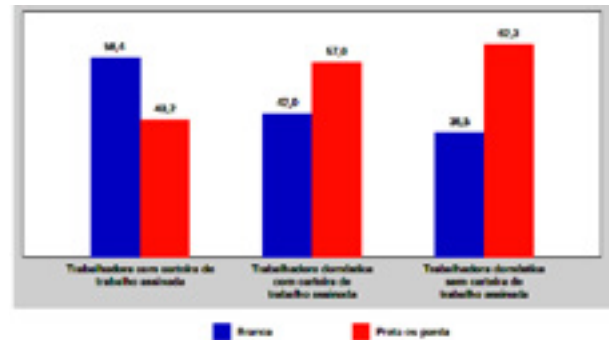


Gráfico 01 – Distribuição percentual de mulheres trabalhadoras com 16 anos ou mais de idade que possuem carteira de trabalho assinada e de mulheres trabalhadoras domésticas com e sem carteira de trabalho assinada, por cor ou raça - Brasil - 2010(%)

De acordo com o gráfico acima, as mulheres brancas são maioria com carteira de trabalho assinada, sendo que, no trabalho doméstico, as negras e pardas¹ são maioria com ou sem carteira de trabalho assinada. Isso se deve ao fato de as mulheres negras e pardas serem em maior número no trabalho doméstico e possuírem menor nível de instrução, como pode ser visto no Gráfico 02:

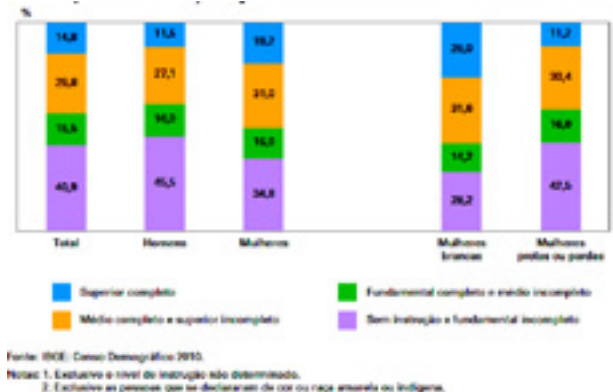


Gráfico 02 – Distribuição percentual da população ocupada com 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo e entre as mulheres - Brasil - 2010 (%)

¹ Apesar de o IBGE ainda usar o termo “pardas”, o Movimento Negro tem abolido seu uso quando referencia a cor da pele.

Nota-se que, de maneira geral, as mulheres são em maior número que os homens, com nível médio (31,0%) e nível superior (19,2%), enquanto os homens atingem 27,1% e 11,5%. Entretanto, observando-se apenas o grupo das mulheres, infere-se que as mulheres brancas são em maior número com ensino médio e superior. Entende-se que este seja um dos maiores motivos das mulheres brancas alcançarem melhores postos de trabalho que as negras e pardas.

Em se tratando da ocupação de mulheres ricas e pobres, percebe-se ao longo dos anos que as pobres necessitavam trabalhar e acabavam impondo sua presença em ambientes onde havia a predominância de homens e, principalmente, realizando atividades direcionadas a eles.

Já as mulheres de famílias mais desenvolvidas economicamente ajudavam o marido a manter seu prestígio social, ao depender dele para pagar suas despesas. Quando ingressavam no mundo de trabalho, deveriam exercer profissões que cabiam às mulheres, escolhiam as que estavam ligadas aos ensinamentos da família, como o trabalho de professora e enfermeira. Pouco a pouco, as mulheres brancas da classe média também começaram a trabalhar fora de casa, só que ocupando cargos como os de professoras, costureiras e enfermeiras, profissões estas que necessitam de paciência, habilidade e cuidado. Segundo Cyrino (2009: 76), “a noção de cuidado, socialmente construída e “naturalizada” como atributo feminino, onera as mulheres, afetando particularmente suas vidas”.

De acordo com Studart (2001), devido à educação diferenciada que as mulheres receberam com o intuito de transformá-la em rainha do lar, não houve muitos estímulos para que elas arriscassem dar voos mais altos, contentando-se com baixos níveis de escolaridade e especialização, sendo estes insuficientes para permitir a concorrência com os homens no mundo de trabalho. Nesse sentido, a própria família permitiu o acirramento das disparidades entre os sexos.

Studart (2001), ressalta ainda que o mundo de trabalho não se interessava por profissionais femininas,

devido “as enfermidades” que estas possuíam (ciclo menstrual, gravidez e amamentação), mas elas ficavam na lista de reserva para serem convocadas no caso de algumas necessidades, como em momentos de guerras, em que a mão de obra seria recrutada sendo oferecidos mecanismos para facilitar a inserção da mulher no mundo do trabalho, incluindo aí a criação de creches, no entanto, quando os homens voltavam da guerra, muitas mulheres perdiam os incentivos e os empregos.

A reprodução da desigualdade entre os sexos, pautada na discriminação feminina, ocorre no mundo inteiro, só que a mesma varia de acordo com cada cultura, podendo ser mais intensa e exclusiva em determinadas nações. Desse modo:

Se nos países ocidentais a discriminação em relação às mulheres tem a ver com o mercado de trabalho e, eventualmente, com a participação das mulheres na vida pública, em outros lugares o preconceito é de outra natureza: acesso desigual à educação (no Afeganistão ou em Burkina Faso), o infanticídio de meninas (na China, como consequência da política de filhos únicos), violências específicas (a excisão praticada na África; o estupro, como na guerra da Bósnia; as argelinas degoladas). De forma planetária, as mulheres são consideradas seres desiguais na vida ou na morte, no desemprego ou na herança, porém há algumas boas notícias em meio a deprimentes constatações: um pouco em toda a parte, as mulheres já têm direito ao voto. DEL PRIORE (2001: 82).

Torna-se válido ressaltar que a conquista do direito de poder intervir junto ao homem na escolha dos representantes políticos do país, através do voto, resulta da luta pelo sufrágio universal, travada pelas mulheres através do movimento feminista.

De acordo com Costa (2005), o feminismo caracteriza-se por ser um movimento social moderno, tendo sua origem com base nos fundamentos da Revolução Americana e, principalmente, na Revolução Francesa, cujo lema baseava-se na igualdade, na liberdade e na fraternidade. Assim, mulheres americanas, europeias e latino-americanas iniciaram no século XIX a luta feminista pelo de

direito de intervir socialmente e politicamente.

Segundo Pinto (2003), o feminismo brasileiro ocorreu em dois períodos, o primeiro surgiu no final do século XIX perdurando até as três primeiras décadas do século XX. Sob a liderança de Bertha Lutz e por mulheres da elite cafeeira das classes médias, essa primeira etapa do movimento caracterizou-se pelo caráter mais conservador, ou seja, sua maior preocupação era pela conquista do voto. A condição feminina de opressão não foi muito questionada.

Nota-se que, nesse primeiro período, as feministas liberais estavam dispostas a lutar por um lugar de destaque, o direito de decidir sobre o futuro do país, através do voto. Um direito adquirido apenas no início da década de 1930, passando a fazer parte da Constituição de 1934. Após essa conquista, o feminismo para de atuar por décadas, ressurgindo no final da década de 1960, tendo seu apogeu nas décadas seguintes. É cabível ressaltar que:

Entre as décadas de 1930 e 1970 muitas águas rolaram. O sufrágio feminino foi obtido gradativamente em todos os países do mundo, o que provocou o arrefecimento do movimento sufragista; o anarquismo, altamente reprimido e perseguido na maioria dos países, inclusive no Brasil, entrou em progressivo refluxo; a participação feminina no trabalho, nas universidades e na vida social cresceu consideravelmente; houve a Segunda Guerra Mundial, uma guerra na Coréia e outra no Vietnã; além de diversos movimentos de independência nas colônias europeias na Ásia e na África; surgiram os Beatles (e os Rolling Stones!), o movimento hippie, a mini-saia, a pílula anticoncepcional (e com ela a Revolução Sexual). FERREIRA (1996: 170).

De acordo que as afirmações anteriores, nota-se que inúmeras transformações ocorreram no Brasil e no mundo, durante o momento em que o feminismo foi retraído, tornando-se a década de 1970 um momento fundamental para o ressurgimento desse movimento.

Enquanto o feminismo não voltava à ativa, as mulheres continuavam se dedicando, estudando e trabalhando. O acesso à educação lhes proporcionou o

entendimento de questões relevantes sobre os estigmas que foram criados a respeito do seu sexo, propiciando a criação de argumentos para desmitificá-los.

O ressurgimento do movimento feminista ocorreu em um período em que o governo militar comandava o país, espalhando a repressão, além do processo ascendente de industrialização e urbanização. Segundo Hall (2005:44), “o movimento feminista faz parte daquele grupo de “novos movimentos sociais”, que emergiram durante os anos sessenta (o grande marco da modernidade tardia)”. De acordo com o discurso desse autor, o feminismo, assim como demais movimentos da época, dentre eles o movimento estudantil, lutava pelas afirmações identitárias das pessoas envolvidas. Nesse sentido:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. PINTO (2010: 16).

A fim de mudar a visão que a sociedade historicamente havia construído a respeito das mulheres, o feminismo utilizou o poder dos meios de comunicação, principalmente jornais e revistas, para tentar mudar o estado de dependência e submissão feminina. O estado doméstico da mulher, a divisão sexual de papéis, o mito do instinto maternal, a dupla jornada de trabalho, a educação diferenciada, enfim, a condição feminina passou a ser duramente criticada.

A obra de Simone Beauvoir (1969), intitulada “O segundo sexo: A experiência vivida”, serviu como referência para o feminismo brasileiro. Ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, a autora abala as estruturas de paradigmas históricos que a ciência, a Igreja e o Estado reforçaram ao dizer que a diferença biológica da mulher em relação ao homem tende a refletir na inferioridade intelectual, física e social. Beauvoir defende a ideia de que ambos os sexos podem desenvolver os mesmos níveis de desenvolvimento, desde que recebam os mesmos

incentivos sociais.

O movimento feminista em seu cerne contestou inúmeras dicotomias que diferenciam o lugar, os direitos, os papéis e, principalmente, as oportunidades desiguais que a família patriarcal ajudou a disseminar. Durante séculos as mulheres mantiveram suas opiniões guardadas, seus sonhos deixados de lado, em favorecimento do sexo oposto. O espaço público e o espaço privado determinavam o lugar onde homens e mulheres iriam atuar. Assim:

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. COSTA (2005: 10).

Destacando-se pela busca de direitos das mulheres, pelo fim da dominação masculina e pela igualdade entre os sexos, o movimento veio contestar a ordem social existente, na qual a superioridade masculina era incontestável. Assim, esse movimento criou embates com inúmeras instituições, tendo como destaque as ligadas às religiões, que eram contrárias à emancipação e liberdade social das mulheres.

Outro fato relevante foi a discussão sobre gênero, que por sua vez responde a necessidade de diferenciar o sexo biológico de sua tradicional divisão de papéis na sociedade, assim, esse conceito tende a refletir as relações de poder entre homens e mulheres atuantes no contexto social. Nesse sentido:

A perspectiva de gênero exige uma nova postura diante da concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produtos da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de

classe, raça, etnia, geração que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio. LISBOA (2003: 19).

Nota-se que as discussões sobre gênero contestam valores sociais impostos pelo modelo de família denominado patriarcalismo, que, por sua vez, determinaram durante muito tempo a posição social e áreas de atuação do sexo masculino e do sexo feminino. As diferenças físicas definiram quem iria dominar (os homens) e quem seria dominada (as mulheres).

Mediante as barreiras estabelecidas por intensas relações de poder, as mulheres passaram a ver na discussão sobre gênero uma forma de resistência e passaram a lutar por diferentes espaços e representações sociais, construindo novas territorialidades. A contestação feminista sobre o direito de ir e vir entre espaços públicos e privados, podendo estudar, passear, trabalhar, enfim,

[...] uma nova ação social em estabelecimento, a luta por direitos, a denúncia de situações de opressão e exclusão podem vir a constituir uma nova territorialidade, gerando e ocupando novos territórios, estabelecendo novas relações sociais e, em grande parte dos casos, novos conflitos e tensões[...]. FRANÇA *et al* (2011:299).

Nota-se que, ao discutir sobre gênero, as mulheres tentam romper com paradigmas que as tomavam por seres incapazes, inferiores e com dons naturais para cuidar dos homens, restringido sua territorialidade ao espaço do lar.

Através do movimento feminista as mulheres passaram a combater as imposições masculinas e conquistar seus direitos, dentre eles o voto, o uso de anticoncepcionais, ocupação de cargos que desde então eram destinados aos homens e a criação de creches públicas.

As mulheres têm conseguido inúmeros direitos no decorrer do século XX, sendo que o movimento feminista deu sua contribuição para esse processo. Dentre os direitos alcançados, ressalta-se o aumento

Inserção da mulher no mundo do trabalho: desafios e conquistas na atualidade

do nível educacional, o acesso a cargos melhores e salários mais elevados. Segundo o IBGE (2010), a população feminina apresenta na atualidade maior nível de escolaridade que a população masculina, no entanto,

[...] as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1 810,50 e R\$ 2 223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalhem. Além disso, o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais, conforme evidencia a razão entre o rendimento das mulheres e o rendimento dos homens. Esse diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente a dos homens, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens. Esse valor médio do rendimento abarca tanto as escolhas por profissões e carreiras diferentes entre homens e mulheres dentro dessa área geral, por exemplo, a de Ciências Sociais, Negócios e Direito, quanto uma possível discriminação por gênero no mercado de trabalho, entre outros fatores. (Censo Demográfico, 2014:107).

Diante de lutas históricas, as mulheres ainda se deparam com a enorme discrepância nas áreas de atuação e nos salários, se comparadas aos homens. Mediante o exposto, infere-se que no passado as mulheres brasileiras lutavam pelo direito de participar dos acontecimentos nos espaços públicos e nos dias atuais elas lutam para se manter neles, buscando se especializar cada vez mais, almejando assim, a valorização do seu trabalho e a igualdade de salários com os homens.

Enfim, a luta feminina continua em torno da divisão mais justa de tarefas no âmbito doméstico, pela ascensão profissional e pela erradicação da diferença salarial. Nesse sentido, torna-se crucial discutir sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho nos dias atuais, dando ênfase aos desafios enfrentados pelas mulheres dentro da sociedade capitalista.

Após um longo processo de resistência, as mulheres transformaram-se em verdadeiros símbolos de resistência às relações assimétricas de poder, que lhes foram impostas ao longo dos tempos. Se no passado elas não podiam votar, no momento atual, algumas mulheres ocupam cargos importantíssimos nas diversas esferas sociais, como na área de saúde, política, administração, educação, cultura, construção civil entre outros. No entanto, mesmo considerando que alguns avanços vêm sendo conquistados, a participação feminina ainda é muito limitada, sobretudo para assumir os cargos públicos e posição de maior nível na gestão.

A relação entre mulher e mundo do trabalho vem sendo construída e fortalecida com base num processo de resistência. Às mulheres sempre foi reservado o território doméstico e quando necessário, elas eram convocadas a trabalhar fora de casa em benefício dos homens.

Nesse sentido, Navarro e Padilha (2007), ao corroborarem as ideias de Karl Marx a respeito da importância do trabalho para o ser humano, refletem sobre as relações entre trabalho, especialização e subjetividade do trabalhador, bem como o uso da técnica em favor da expansão do capital, no decorrer do século XX.

As autoras analisam a reestruturação produtiva, relacionando-a com os interesses capitalistas, ressaltando os três modelos de produção, o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. Nesse sentido, infere-se que as transformações ocorridas no modo de produção e nos sistemas econômicos vigentes não afetaram apenas aos homens, mas também as mulheres. Estas foram ganhando espaço no mundo do trabalho, mesmo que ocupando inicialmente postos de trabalhos temporários, subalternos e desvalorizados.

Passando a serem vistas, pelos detentores do capital, como ágeis, habilidosas e “cuidadas por natureza”, as mulheres se tornaram essenciais no

mundo do trabalho, afinal, sua mão de obra era barata. Essenciais para a consolidação do industrialismo, as mulheres e as crianças trabalhavam horas a fio e recebiam salários baixíssimos, com intuito de permanecerem nos empregos, elas se submetiam ao rígido sistema de exploração imposto pelos patrões.

A mão de obra feminina tornou-se uma alternativa muito importante durante o período de crises econômicas, momentos de guerras, nas primeiras indústrias, no setor educacional e doméstico, enfim, muitas mulheres, principalmente as que pertencem aos grupos sociais mais carentes, constituem um verdadeiro exército de reserva.

Baseado nas constatações de Prado (1991), a entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho, no período das guerras e da industrialização, ocorreu devido à carência de mão de obra masculina, elas eram recrutadas e uma série de mecanismos foram criados para a inserção das mesmas nesses momentos, como a criação de creches e pré-escolas. No entanto, com o fim das guerras e com a ascensão do processo de industrialização, as mulheres retornavam para suas casas, passando a serem vistas como uma ameaça ao emprego masculino.

Como já foi dito, as mulheres sempre exerceram atividades laborais dentro de casa, ajudando seus maridos e familiares, mas essas atividades não eram remuneradas, nem valorizadas. Havia também as escravas que contribuíam para economia do país, mas não recebiam nada por tal feito.

A participação das mulheres no mundo do trabalho, ainda que em momentos esporádicos em que os homens careciam de mão de obra barata, despertaram nelas uma consciência a respeito de sua capacidade. Elas entraram em contato com outras realidades e através da elevação do nível de escolaridade foram alcançando maiores espaços na sociedade.

Com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização iniciados na Europa nos séculos XIX e XX, ocorreram transformações no papel desempenhado pelas mulheres em todos os países envolvidos nesses processos e, para

complementar a renda da família e ganhar foros de independência financeira, a população feminina foi se inserindo no mundo do trabalho. Ressalta-se que:

Es com la revolución industrial y su necesidad de mano de obra que la mujer se incorpora al mundo asalariado y comienza a competir en un mundo para el que no está cualificada: la mujer realiza trabajos subordinados, rutinarios y mecánicos, manuales preferentemente a los intelectuales, en resumen, trabajos de "menor grado" por lo que son menos remuneradas. KUSTNER (1992: 11).

Mesmo com acentuada disparidade salarial e com a ocupação de atividades consideradas simples e afeminadas, o contato com a experiência de exercer uma atividade laboral remunerada possibilitou uma autovalorização da mulher, afinal, dentro de casa ela ouvia o provedor do lar dizer que o trabalho enobrece e dignifica o homem. Enfatiza-se, naquele momento, a divisão sexual do trabalho, em que o trabalho produtivo é atribuído ao homem e à mulher é dada a responsabilidade do trabalho reprodutivo.

Segundo Antunes (2000), o trabalho faz parte da realização humana, é através dele que homens e mulheres se diferenciam dos demais seres que fazem parte do planeta, como os animais. Assim, a produção e a reprodução da existência humana ocorrem devido ao trabalho.

Salienta-se que atualmente as mulheres que são donas de casa lutam pelo reconhecimento do trabalho doméstico, afinal, muitas delas passam a vida inteira trabalhando sem remuneração dentro de suas residências, além de não desfrutarem de direitos trabalhistas que possam lhes assegurar ao menos a aposentadoria quando idosas.

Diante dos avanços conquistados, a população feminina continua enfrentando muitos desafios, principalmente no mundo do trabalho, pois mesmo com a crescente participação da mulher neste universo, elas permanecem ganhando salários mais baixos que o dos homens. No Brasil,

[...] o rendimento médio mensal de todos

os trabalhos das pessoas ocupadas, com rendimento de trabalho, teve crescimento real de 5,5%, de 2000 para 2010, sendo que o incremento no das mulheres (13,5%) foi expressivamente maior que no dos homens (4,1%). Em consequência, este rendimento mensal real de trabalho das mulheres, que, em 2000, representava 67,7% daquele auferido pelos homens, subiu para 73,8% em 2010. (Censo Demográfico 2010: 100).

A diferença salarial resulta de paradigmas que foram criados para inferiorizar a força de trabalho feminina. Mesmo com as mudanças positivas no salário feminino em relação ao masculino, no Brasil, no ano de 2010, os homens ganhavam, em média, R\$1510,00 e as mulheres, R\$1115,00 (tabela 01).

Grandes Regiões	Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$) (1)					
	2000			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Brasil	1 275	1 450	982	1 345	1 510	1 115
Norte	1 006	1 097	818	1 128	1 210	996
Nordeste	777	853	645	946	1016	841
Sudeste	1 522	1 755	1 151	1 512	1 726	1 226
Sul	1 313	1 523	962	1 392	1 607	1 109
Centro-Oeste	1 396	1 586	1 067	1 579	1 766	1 311

Tabela 01 – Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo. Grandes Regiões – 2000/2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010. Adaptado pela autora.

Conforme pode ser visto, a região Nordeste apresenta os salários mais baixos do país, em 2000, R\$777,00. No ano de 2010, o salário médio é de R\$946,00. Consequentemente, tanto os homens quanto as mulheres dessa região, apesar de terem uma elevação no salário durante esses dez anos, ainda recebem os salários mais baixos do país.

Mediante o exposto, ressalta-se que, no Nordeste, as mulheres são mal remuneradas, recebendo salários inferiores aos dos homens e das demais mulheres brasileiras. Não coincidentemente, o censo de 2010 também revelou que o Nordeste destacava-se por ter 59,1% dos seus habitantes sem instrução e com Ensino Fundamental Incompleto, taxa mais elevada que no âmbito nacional, que era de 50,2% no mesmo período.

Com exceção das pessoas com nível superior 4,7%, que se iguala com a Região Norte, as pessoas com Ensino Fundamental Completo, Médio Completo e Incompleto e nível superior Incompleto são minoria, se comparadas com as demais regiões do Brasil.

Nesse contexto desigual, as mulheres, principalmente as da Região Nordeste, são alvo da exploração da força de trabalho. É cabível ressaltar que, com a implantação do sistema capitalista de produção, a questão da inserção da mulher no mundo do trabalho ganhou outra perspectiva. A mão de obra feminina tornou-se crucial para a ascensão desse sistema.

Saffioti (1976) dá ênfase à situação da mulher no sistema capitalista de produção, afirmando que, ao dividir a sociedade em classes, esse sistema utiliza o discurso de inferiorização do sexo feminino para marginalizar a mulher. Esse discurso consistia em uma estratégia para a exploração do trabalho feminino nas indústrias, organizando a hierarquia entre os sexos. Torna-se válido enfatizar que a palavra trabalho exprime dupla conotação, sendo que o sistema capitalista de produção utiliza o trabalho como forma de alienação do trabalhador. Assim:

O trabalho entendido enquanto work expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho concreto. Em contrapartida o labor exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade estranhada, feiticizada. ANTUNES (2000: 87- 88).

A primeira definição de trabalho consiste em uma necessidade humana de sobreviver dos seus próprios esforços, almejando e usufruindo os bens que produz. Já, na segunda concepção, o labor aparece com uma conotação de trabalho abstrato, sendo que os mais ricos exploram a força de trabalho dos mais pobres, e estes recebem salários tão baixos que não podem consumir o que produzem.

Nas palavras de Marx (1989), é através do trabalho que o homem se torna um ser social, mas ele enfatiza que isso ocorre graças ao trabalho concreto,

criticando duramente o trabalho abstrato, que ele considera alienado e feiticizado, sendo que o mesmo foi difundido pelo sistema capitalista. Percebe-se assim que:

Despojada de qualquer alegria, não é a atividade de trabalhar que pode proporcionar prazer ou desprazer, mas é a vida que, por intermédio dela e só por intermédio dela, pode ser obtida, conservada, renovada. O trabalho aparece sob a modalidade das coisas que permitem manter a vida, mas também, enquanto atividade, ela é coisa, vendida, trocada por dinheiro. Do ponto de vista psicológico, o tempo do trabalho é um tempo sem vida, é privação, é coerção. MELLO (1988: 12).

Nesse contexto, a batalha pela realização socioeconômica, representada pelo trabalho, faz com que milhares de mulheres vendam suas forças de trabalho por baixíssimos salários, se comparados com os que os homens recebem. Além disso, precisam combater diariamente o preconceito, mostrando que são capazes de desempenhar as mais variadas profissões no mundo do trabalho.

Favorecendo as disparidades entre os sexos, o capitalismo conseguiu se sobrepôr disseminando o individualismo, assim, à medida que enfatizava um discurso de independência feminina, oferecia às mulheres postos de trabalho e salários inferiores aos do homem, superfaturando com exploração da força de trabalho de ambos os sexos.

Desde o início do processo de industrialização até os dias atuais a inserção das mulheres no mundo do trabalho, regido pelo sistema capitalista e pela globalização, acentuam-se algumas dicotomias. Ao passo que são absorvidas pelo mundo do trabalho, a mulher também é explorada e segue na luta por maior especialização aumentando sua participação no desenvolvimento de variadas atividades econômica, assim como os homens.

A inserção da mulher no mundo do trabalho não implicou na supressão das atividades desenvolvidas no âmbito doméstico, estabelecendo uma dupla jornada de trabalho no espaço público e

no privado. De acordo com Studart (2001: 43) “ao chegar das Universidades ou do emprego ela tem a obrigação suplementar de preparar a sopa e lavar os pratos. E essas horas dedicadas a tarefas domésticas são justamente as que os homens aproveitam para estudar, pesquisar e aperfeiçoar-se”.

Devido às responsabilidades impostas às mulheres, muitas delas, principalmente as que possuem baixo poder aquisitivo, fazem escolhas pessoais que acabam por influenciar na vida profissional. A escolha de como utilizar seu precioso tempo consiste em trabalhar, cuidar da casa e dos filhos, além de estudar e realizar cursos profissionalizantes, que fazem toda a diferença no mundo do trabalho.

Contribuindo com a discussão, Castells (1999: 265) afirma que o processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. O autor ressalta que, com a intensificação do modo capitalista de produção através do uso de novas tecnologias, o mundo do trabalho torna-se cada vez mais seletivo. Assim, os indivíduos que desejam ocupar determinados cargos e ascender profissionalmente precisam se especializar.

Mediante o exposto, nota-se que as mulheres estão estudando mais, além de adiar o casamento, o momento em que terão filhos e o número de filhos que terão. Segundo os resultados da amostra do Censo Demográfico 2010, a taxa de fecundidade total no país, que era de 2,38 filhos por mulher, em 2000, chegou a 1,90 filho por mulher, apresentando uma queda de 20,1% na última década (Censo Demográfico 2010: 75).

Nos dias atuais pode-se verificar que as mulheres almejam postos de trabalho iguais aos dos homens, para tanto, investem nos estudos e em cursos de especialização em prol da valorização da sua força de trabalho.

Por fim, constata-se que a inserção da mulher no mundo do trabalho é um desafio e ao mesmo tempo uma enorme conquista. Desafio à medida que os homens têm maiores oportunidades que elas, sem falar que as mulheres negras precisam lutar contra as disparidades salariais em relação aos homens e também em relação às mulheres brancas.

A conquista fica por conta de poder escolher uma profissão, demonstrando a capacidade feminina no mundo do trabalho. Assim, almejando visibilidade social, as mulheres passaram a ver o trabalho como uma forma de obter independência, além de tentarem mudar a percepção da sociedade sobre suas capacidades laborais e intelectuais.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foram discutidos pontos relevantes sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, sendo que ficou comprovado que o nível de escolaridade pode interferir na inserção delas no mundo do trabalho e vem sendo, ao longo da história, um fator muito importante para que as mulheres pudessem adquirir o direito de trabalhar e ocupar cargos que foram sempre destinados aos homens.

Observou-se que a construção social do ser mulher se deve ao contexto histórico e social, sendo que o Estado e a Igreja Católica utilizaram a família patriarcal para subordinar as mulheres aos homens, reduzindo sua área de atuação ao território doméstico, sendo que sua posição social e econômica resumia-se ao fato de ser mera dona de casa.

No entanto, nem todas as mulheres se conformaram com o estado de subordinação imposto pelo patriarcalismo, passando a criar territorialidades ao saírem do espaço privado do lar para espaços públicos como as escolas, as faculdades e conseqüentemente conquistaram seus espaços no mundo do trabalho. Apesar de sempre desempenharem atividades domésticas, as mulheres eram tidas como improdutivas e, ao começarem trabalhar fora de casa, tinham que desempenhar funções relacionadas aos pendores e aos cuidados femininos, como domésticas, professoras, costureiras, entre outras.

Com base no Censo Demográfico, realizado pelo IBGE no ano de 2010, comprova-se que as mulheres estão estudando cada vez mais e, no nível médio, superior incompleto e superior incompleto elas estão em maior número que os homens. No

entanto, as mulheres brancas se destacam por ter os maiores níveis de instrução e por ocupar os cargos mais elevados no mundo do trabalho.

Não se pode esquecer o importante papel do movimento feminista, que veio para contestar a desigualdade entre os sexos, incluindo a restrição de espaços, profissões, educação que era dada para que a mulher se tornasse apenas a “rainha do lar”. As propulsoras do movimento feminista eram vistas como mulheres a frente do seu tempo, pois queriam que as mulheres pudessem ser inseridas em todas as esferas da sociedade, tendo assegurado o direito de votar e ser votada, de estudar e trabalhar.

O ingresso profissional fora do espaço doméstico e o aprimoramento dos estudos, além do poder de escolher se irão ou não constituir laços familiares através do casamento e da geração dos filhos, revela que as mulheres foram conquistando a oportunidade de escolherem seus destinos. Cabe ressaltar que, em muitos países orientais, as mulheres continuam sem o direito essencial de ir e vir, entre o espaço público e o privado.

Após vários conceitos da palavra trabalho, infere-se que ele é essencial para que homens e mulheres possam se manter e se realizar socialmente. No entanto, de acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE no ano de 2010, apesar de as mulheres terem conseguido alcançar este espaço, elas continuam recebendo salários inferiores aos dos homens, mesmo quando ocupam os mesmos cargos.

Enfim, no decorrer deste artigo, percebeu-se que, mesmo sendo criadas para ter seu papel exclusivo no espaço doméstico, as mulheres vêm lutando ao longo dos anos para conseguir se estabelecer no contexto social, seja estudando, trabalhando ou participando das decisões políticas. Cabe ressaltar que o contato com a realidade vivida pelos homens e a obtenção do conhecimento na escola foram os maiores propulsores para que as mulheres pudessem galgar melhores postos de trabalho e melhores salários, mesmo ganhando menos que os trabalhadores do sexo masculino.

Referências

ALMEIDA, Anailde. *A construção social do Ser homem e Ser mulher*. Salvador: EDUNEB, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 2ª ed. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 499p. v. II.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6 ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. I) São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1º Sem. 2005.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 66-92, jan./jun. 2009.

DEL PRIORE, Mary (org.). *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance!:* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890-1940. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2003.

Ferreira, Verônica C. Entre emancipadas e quimera: Imagens do Feminismo no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: [http://](http://www.spell.org.br/documentos/ver/12736/pesquisa-qualitativa---tipos-fundamentais/i/pt-br)

www.spell.org.br/documentos/ver/12736/pesquisa-qualitativa---tipos-fundamentais/i/pt-br. Acesso dia 15/01/2016, às 11:00h.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONCALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *II Plano Estadual de Políticas para a Mulher*. Secretária de Promoção da Igualdade, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro, p.1-239, 2010.

_____. Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Série Estudos e pesquisas- Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

KUSTNER, Rócio Castro. *Las mujeres de América Latina y Africa. Cuadernos África-América Latina*, nº9. Madrid: Sodepaz: 1992.

LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia: Trajetória de vida de mulheres migrantes*. Florianópolis, Chapecó: Editora da UFC, Argos, 2003.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*.

13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, v. 1.

MELLO, Sylvia Leser de. *Trabalho e sobrevivência:*

Mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São

Paulo: Editora Ática, 1988.

MÉNDEZ, Natália Pietra. *Com a palavra o segundo*

sexo: Percursos do pensamento intelectual feminista

no Brasil dos anos 1960. Porto Alegre: Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

NAVARRO, Vera Lúcia. PADILHA, Valquíria. Dilemas

do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia*

& Sociedade (online), São Paulo, v. 19, p. 14-20, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e

poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n 36, p.

15-23, Jun. 2010.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção

História do Povo Brasileiro).

PINTO, Sérgio Maurício Costa da Silva. *Família de*

negros: entre a pobreza e a herança cultural. Rio de

Janeiro: Editora E-papers, 2009.

PRADO, Danda. *O que é família?* 12 ed. São Paulo:

Editora Brasiliense, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na*

sociedade de classes: Mito e realidade. Petrópolis:

Vozes, 1976.

STUDART, Heloneida. *Mulher: Objeto de cama e*

mesa. 26 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

TOJAL, Marcyette Caldas. Corpo de mulher e poder:

Relações de gênero. *Lato & Sensu*, Belém, v.4, n. 1, p.

3-5, out, 2003.

Artigo Recebido em 20/03/2016

Artigo Aceito em 31/7/2016